

O CRESCIMENTO DA ATIVIDADE INDUSTRIAL NO INTERIOR PAULISTA ENTRE 1970 E 2000

Anderson Luiz Martins Prado¹, Edson Trajano Vieira – orientador²

¹Universidade de São Paulo/ ²Núcleo de Pesquisas Econômico-Sociais da Universidade de Taubaté, Rua Expedicionário Ernesto Pereira, S/N - Portão 3 - Centro/Taubaté/SP - CEP: 12030-320, almprado@gmail, trajano@unitau.br

Resumo – O objetivo do trabalho é apresentar o crescimento da atividade industrial no interior paulista entre 1970 e 2000. A partir do levantamento bibliográfico sobre a desconcentração industrial baseada em Lencioni (1994), Diniz (2000), Cano et al (2007), buscou-se analisar se o processo de desconcentração industrial paulista possibilitou a redução das desigualdades econômicas e populacionais existentes no Estado de São Paulo.

Palavras-chave: crescimento, atividade industrial, interior paulista.

Área do Conhecimento: Ciências Humanas

Introdução

O presente trabalho discorre sobre a desconcentração industrial no período entre 1970 e 2000, com ênfase no crescimento da atividade industrial no interior paulista, “o principal receptor dos novos investimentos que não se localizaram no pólo” (TINOCO, 2001: 53).

O processo de industrialização iniciado no Brasil concentrou-se quase que exclusivamente em São Paulo. Essa concentração permitiu a acumulação do capital e, conseqüentemente, ampliou a desigualdade econômica nacional que, posteriormente, se transformou em pressões regionais sobre o governo federal e estadual, pois São Paulo ao assumir a função de destaque na economia nacional acabou reservando aos demais estados brasileiros o papel de fornecedores de mão-de-obra e matéria-prima.

O período de crescimento da atividade industrial paulista é fortemente acompanhado dos fluxos migratórios. Se, por um lado, a concentração industrial em São Paulo permitiu a acumulação do capital, por outro, possibilitou a centralização dos fluxos migratórios na metrópole, pois em um país com livre circulação de pessoas, a população tende a se concentrar nas áreas mais ricas em busca de melhores condições de vida.

A reestruturação da metrópole tornou-se necessária, pois a medida que os recursos públicos disponíveis eram desproporcionais ao saldo migratório surgiam pontos nevrálgicos na vida urbana que comprometiam o desenvolvimento da atividade industrial, qualidade de vida local e a governância da metrópole.

As décadas subseqüentes ao terceiro quartel do século XX são marcadas pelo processo de reestruturação produtiva que obrigou as empresas a se ajustarem às formas de produção contemporânea. Diante dos problemas e da

necessidade de se adequar aos novos padrões de produção capitalista, nota-se, uma modificação na configuração da indústria brasileira: a desconcentração industrial.

Embora a dispersão industrial ultrapasse os limites do território paulista e o sudeste brasileiro, optamos por analisar somente o interior do Estado de São Paulo. Dentre os fatores que impulsionaram o crescimento da atividade industrial no interior destacam-se o lançamento de projetos para a criação de infra-estrutura, concessões de incentivos fiscais, doação de terreno, entre outros elementos intrínsecos e extrínsecos que colaboraram na nova configuração da atividade industrial paulista.

Este estudo tem como objetivo analisar a relação entre a desconcentração industrial da RMSP e o crescimento do interior paulista e, assim, responder à seguinte questão: o processo de desconcentração industrial paulista possibilitou a redução das desigualdades econômicas e populacionais existentes no Estado de São Paulo?

Para atingir o objetivo, o trabalho está estruturado em duas partes. Na primeira é apresentado os materiais e métodos. Na segunda, o crescimento da atividade industrial no interior paulista no período entre 1970 e 2000 e, a discussão dos resultados. Por último, são feitas algumas considerações finais.

Materiais e Métodos

A pesquisa concentrou-se no levantamento de fontes bibliográficas sobre a desconcentração industrial. Os principais autores utilizados foram Lencioni (1994), Diniz (2000), Cano et al (2007). Também buscou-se dados que permitissem acompanhar a evolução e analisá-los conforme as teorias apresentadas. Os dados são de 1970 e 2000. A escolha do período justifica-se por

compreender o auge da desconcentração industrial da RMSP (1970) e a disponibilidade de informações do último censo (2000).

Resultados

Apesar da atividade industrial se iniciar no Brasil no final do século XIX, somente a partir de 1930, o país começa a demonstrar uma transformação em sua plataforma econômica e deixa de ser agro-exportador para tornar-se urbano-industrial.

Entre 1930 a 1970, ocorreu uma intensa concentração da atividade industrial em São Paulo que “acabou consolidando a importância da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) na economia brasileira” (TINOCO, 2001: 46).

Entretanto, as décadas subseqüentes a 1970 são marcadas por um debate teórico acerca do processo de desconcentração da atividade industrial da RMSP. Nesse período verifica-se um dissenso na literatura sobre o que de fato estava ocorrendo na RMSP. Dentre os principais pesquisadores desse período destacam-se “Cano, Azzoni e Diniz como sendo a base da discussão do problema” (*idem*: 47).

Em 1970, a RMSP responde por 71,88% do PIB industrial e por 45,80% da população do Estado de São Paulo, ou seja, a pujança econômica da RMSP resultou no enorme distanciamento econômico entre centro - industrializado e a periferia não-industrializada, pois o interior do estado concentrava a maior parte da população e a menor parte da riqueza da atividade industrial.

Para o governo, a atividade industrial correspondia ao grande atrativo populacional em função das vagas no mercado de trabalho que oferecia. A criação de outras regiões industriais possibilitaria a melhor difusão da atividade econômica e da população sobre território além de facilitar a administração pública do município de São Paulo.

Nesse período, segundo Cordeiro (1999: 134) existia uma preocupação com o desenvolvimento do país “calcada na política e incentivos fiscais e financeiros, através da criação de infra-estrutura básica, localização dos empreendimentos industriais em áreas anteriormente inaproveitadas”. A partir da década de 1960 são lançadas políticas para dispersão da industrial da RMSP com o desígnio de amortizar as penúrias enfrentadas pela metrópole.

Segundo Cordeiro (1999: 134) “as diretrizes de desenvolvimento regional, dentre outros objetivos, visava à ordenação e o equilíbrio da ocupação territorial, levando com isto, à distribuição espacial da renda e à melhoria de vida da população”. Nesse cenário, Mongin (2006: 246), também afirma

que a “reconfiguração do território está nitidamente associada às crescentes desigualdades”.

No entanto, essa preocupação com as desigualdades não partiu exclusivamente dos governantes, mas, também, das pressões regionais sobre o governo, conforme apontado por Diniz (2000: 40) o “nível das desigualdades regionais e sociais seguramente as transformou em forte problema político e em pressões regionalistas sobre o governo, obrigando-o a estabelecer ações de política econômica com vistas ao desenvolvimento das regiões mais atrasadas”.

Dentre as políticas voltadas para a desconcentração industrial destaca-se o plano de ação do Governo de Carvalho Pinto, cujo objetivo era “apresentar uma divisão regional tendo como seu principal objetivo servir como modelo de análise das disparidades regionais” (MARZOLA, 1991: 113).

Outra política adotada foi a criação das Regiões Administrativas (RA's). Esse plano criado pelo Centro de Pesquisa e Estudo Urbanísticos da Universidade de São Paulo, em 1967, era patrocinado pela Secretaria de Planejamento do Estado de São Paulo para as sedes das regiões e sub-regiões administrativas. Essa descentralização visava a divisão do território estadual em RA's, voltadas para o bom funcionamento da máquina pública paulista. As Regiões Administrativas (RA's) apresentaram diversas modificações em seus limites, atualmente, são quinze RA's no Estado de São Paulo (SEADE, 2008).

O Estado de São Paulo também assegurou juridicamente a desconcentração industrial paulista. A lei nº 1.817 de 27/10/1978 - do Zoneamento Industrial de São Paulo (Capítulo I) estabelecia nos objetivos para o desenvolvimento industrial metropolitano, “deve-se estimular a desconcentração industrial de estabelecimentos industriais, que não sejam de especialização ou vocação metropolitana, para outras regiões¹”, ou seja, essa lei passa a restringir a instalação de estabelecimentos “mais rudimentares” e a privilegiar as indústrias ditas especializadas de vocação metropolitana. Portanto, a partir de 1970 verifica-se um crescimento expressivo do interior paulista, principalmente na RA's próximas a RMSP. Conforme Lencioni (1994) em relação ao processo de expansão da metrópole.

(...) “A política de descentralização industrial significou, sobretudo, dispersão abrangendo um raio

¹ No artigo 2º, do mesmo capítulo, era estabelecido que a especialização ou vocação industrial correspondia: i) necessidade de recurso humano especializado; ii) dependência do setor terciário metropolitano; iii) dependência de alta tecnologia ou insumos industriais de origem metropolitana, bem como de instalações de apoio produtoras de utilidades, existentes na RMSP; iv) absorção e transmissão de tecnologia.

de cerca de 150 km a partir da capital e, indo, além da distância, ao longo dos principais eixos rodoviários. A presente dispersão não nega os processos históricos de concentração industrial no território paulista, mas **reforça a expansão da metrópole** como condição e elemento deste processo” (LENCIONI, 1994: 56 – grifo nosso).

A restrição na implantação industrial na RMSP e os incentivos fiscais possibilitaram o maior crescimento no número de estabelecimentos industriais no interior paulista que passou de 24.768 em 1970, para 39.709 em 2000, superando inclusive, em termos percentuais e absolutos, a RMSP (IPEADATA e SEADE, 2008).

Embora se registre o crescimento da atividade industrial no interior paulista, não se pode dizer que esse crescimento ocorreu de maneira uniforme dentro do território, pois algumas RA's apresentaram crescimento positivo ou, acima da média do interior do estado (60,32%) – Franca (175,74%), Campinas (87,73%), Sorocaba (66,85%) e a Central (66,84%), enquanto outras RA's apresentaram crescimento negativo no número de estabelecimentos industriais, como é o caso da RA de Santos (-13,37%) e a de Barretos (-7,13%) (IPEADATA e SEADE, 2008).

Mesmo restringindo a atividade industrial que não fosse de especialização ou de vocação metropolitana, o número de estabelecimentos industriais na RMSP não parou de crescer, embora num ritmo mais lento, passando de 25.788, em 1970, para 38.684, em 2000. Da mesma forma se observa uma maior concentração no número de estabelecimentos industriais nas RA's de Campinas e Sorocaba, as mais próximas à RMSP.

O crescimento no número de estabelecimentos industriais também resultou no aumento expressivo do PIB industrial do interior paulista. Entre 1970 e 2000, o PIB industrial da RMSP cresceu 82,95%, no Estado de São Paulo 148,01% e no interior paulista 314,29%, ou seja, o interior registra o crescimento no PIB industrial 3,8 vezes maior que a RMSP e 2,1 vezes maior que o Estado. Nesse período, a participação do interior paulista na produção industrial saltou de 28% para 47% (IPEADATA e SEADE, 2008).

Dentre as regiões do interior do Estado de São Paulo que apresentaram o maior crescimento no PIB industrial, destacam-se as RA's de São José dos Campos (637,88%), Barretos (564,11%) e de São José do Rio Preto (524,37%). Contudo, observa-se que, em 2000, somente as RA's de Campinas, São José dos Campos, Sorocaba e Santos concentravam 71,61% do PIB industrial do interior do Estado de São Paulo.

Essas RA's, no auge do processo de desconcentração industrial da RMSP, apresentavam vantagens se comparadas com as demais regiões do Estado. Em 1968, as RA's de Santos (189,62), Campinas (364,67), São José dos Campos (446,49) e Sorocaba (596,47)

apresentavam os menores índices no custo médio de transporte da sede municipal até São Paulo, em função da proximidade com a metrópole. Em 1995, essas mesmas RA's mantêm os melhores índices. A melhoria do sistema viário pode ser apontada como fundamental nesse processo.

Tabela. Evolução do índice dos custos de transportes das sedes municipais das RA's até o município de São Paulo, entre 1968 e 1995²

	1968	1995
RA de Registro	494,71	250,66
RA de Santos	189,62	89,9
RA de São José dos Campos	446,49	213,91
RA de Sorocaba	596,47	293,83
RA de Campinas	364,67	193,07
RA de Ribeirão Preto	817,00	386,13
RA de Bauru	934,55	438,84
RA de São José do Rio Preto	1.305,19	617,31
RA de Araçatuba	1.430,27	663,91
RA de Presidente Prudente	1.511,93	686,51
RA de Marília	1.124,55	514,07
RA Central	797,85	366,41
RA de Barretos	1.041,19	478,88
RA de Franca	1.010,13	466,32

Fonte: Tabulação a partir dos dados do Ipeadata, 2008
² Observação: Os dados correspondem ao resultado da aplicação de um procedimento de programação linear para o cálculo do custo de transporte mínimo da Sede Municipal até São Paulo.

Esta conjuntura indica que o crescimento da atividade industrial no interior buscou o entorno da capital, de forma a reduzir custos nos transportes, facilitar a comercialização e a gestão dessas novas unidades industriais afinal, o “centro de poder e mando” dessas novas indústrias continuam na RMSP (LENCIONI, 1994).

O incremento da atividade industrial do interior paulista provocou o crescimento na mão-de-obra ocupada na indústria de 243,93%, entre 1970 e 2006, enquanto na metrópole o crescimento foi de apenas 25,13%.

Com relação à população residente, mesmo com o bom desempenho da atividade industrial, o interior, não conseguiu desacelerar o crescimento demográfico na RMSP, que elevou sua participação populacional de 45,80% para a 48,28% entre 1970 e 2000. No entanto, o ritmo de crescimento populacional do interior é superior ao da RMSP principalmente, as RA's de Campinas (158,45%) e São José dos Campos (138,68%).

Portanto, no período analisado observa-se uma redução da participação da RMSP na produção industrial e o crescimento das RA's no seu entorno, com destaque para as de Campinas, São José dos Campos, Sorocaba e Santos. Entre 1970 e 2000, a RMSP não parou de crescer, apenas deu espaço para o desenvolvimento da periferia.

Considerações finais

Ao analisar o processo de desconcentração industrial da RMSP, observa-se que, em 1970,

mais de 71% da riqueza decorrente da atividade industrial estava concentrada na RMSP. Trinta anos depois, verifica-se que a RMSP concentra pouco mais de 53% do PIB industrial. Isso demonstra que houve um crescimento maior da atividade industrial no interior do estado. A redução da participação da RMSP na produção industrial paulista não significa, necessariamente, que RMSP parou de crescer, mas, sim, que a metrópole deu espaço para o crescimento do seu entorno.

As regiões mais próximas da capital, como é o caso das RA's de Campinas, São José dos Campos e Sorocaba apresentam excelente crescimento nos números de estabelecimentos industriais, em função de sua proximidade com a RMSP. A evolução dos estabelecimentos industriais no interior paulista, no período entre 1970 e 2000 é fortemente acompanhada do crescimento do PIB industrial e do saldo migratório. Isso demonstra que a pujança econômica, que antes direcionava o fluxo migratório para a metrópole, agora está voltada para as regiões mais expressivas do interior do Estado em função da oferta de emprego que indústria interiorana oferece.

Dentre os fatores que impulsionaram o crescimento da atividade industrial no interior, destacam-se o lançamento de projetos para a criação de infra-estrutura, concessão de incentivo fiscal, doação de terrenos entre outros elementos intrínsecos e extrínsecos a metrópole que colaboraram na nova configuração da atividade industrial paulista. Verifica-se também que a política dos eixos rodoviários, criadas pelo Estado de São Paulo, facilitou o deslocamento da indústria, pois reduziu ainda mais os custos de transportes privilegiando as RA's que já obtinham essa vantagem no início de 1970.

A análise também permite considerar que a desconcentração industrial da RMSP foi um processo que promoveu dispersão da atividade industrial no interior do Estado de São Paulo, privilegiando as regiões do entorno da metrópole. Verificou-se que as RA's mais industrializadas do interior, Campinas (158,45%) e São José dos Campos (138,68%), passaram por intenso crescimento demográfico, pois muitos habitantes se deslocaram para essas regiões em função da oferta de emprego industrial. E, embora, os dados não permitam chegar a considerações precisas, ainda assim, pode-se afirmar que o crescimento da atividade no interior do Estado de São Paulo, nesses últimos trinta anos, tornou o território paulista menos desigual, pelo menos do ponto de vista da atividade industrial, nas regiões mais próximas metrópole, enquanto as diferenças entre as RA's mais distantes ainda continua. Entretanto, com relação à distribuição populacional, verificamos que mesmo a RMSP expandindo sua

produção industrial para o interior, esta parte do território não conseguiu aumentar sua participação no total populacional do Estado de São Paulo. Os ganhos do interior paulista foram mais industriais do que populacionais.

Referências

CANO, W et al. Indústria de Transformação – 1989-2003. In. **Economia Paulista**. Dinâmica socioeconômica entre 1980-2005. Campinas, Ed. Alínea. 2007. p.193-239.

CORDEIRO, M. P. **Planejamento Territorial Regional e Proteção Ambiental: o caso do Vale do Paraíba Paulista**. São Paulo. Tese de Arquitetura e Urbanismo da FAU/USP, 1999.

DINIZ, C. C. Impactos Territoriais e a Reestruturação Produtiva. In. **O Futuro das Metrôpoles: desigualdades e governabilidade**. Rio de Janeiro. Revan: Fase. 2000, p.21-62.

IPEADATA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Dados Regionais**. Disponível em www.ipeadata.gov.br. Acesso em julho de 2008.

LENCIONI, S. Reestruturação urbano-industrial no Estado de São Paulo: a região da metrópole desconcentrada. **Espaço e Debates**. São Paulo: nº 38. 1994. p.54 - 61.

MARZOLA, N. **O Processo de Regionalização do Estado de São Paulo a partir de 1950: Estudo de Caso da região de Campinas**. São Paulo. Dissertação de Arquitetura e Urbanismo da FAU/USP, 1991.

MONGIN, O. El archipiélago megapolitano mundial y la disgregación de las metrópolis. In. **La condición urbana. La ciudad a la hora de la mundialización**. Buenos Aires, Barcelona, México. Paidós. 2006. p.221-243

SÃO PAULO. Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo. **A Região Administrativa de São José dos Campos**. Disponível em www.planejamento.sp.gov.br. Acesso em junho de 2007.

SÃO PAULO. **Zoneamento Industrial**. Lei nº 1.817 de 27 de outubro de 1978. p. 205.

SEADE - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. Disponível em www.seade.gov.br. Acesso em Julho de 2008.

TINOCO, A.C. Integração ou fragmentação. O impasse gerado pelo fetichismo da desconcentração. **Espaço e Debates**. São Paulo: nº 41. 2001. p.46-65.